



JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº: 04/2025

I - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação visa a aquisição de transporte aos jovens Vereadores Mirins com o objetivo de oportunizar a participação deles no Seminário de iniciação do Jovem Vereador a ser realizado neste ano de 2025, na cidade de Guarujá do Sul/SC, no dia 31/03, também a participação no encontro regional, data e local a definir e a participação no Encontro Estadual de Vereadores Mirins, promovido pela escola do Legislativo da ALESC, entre os dias 20 a 23 de outubro na cidade de Florianópolis/SC. O programa Jovem Vereador foi criado na câmara de Vereadores de Tunápolis em 2018, desde então passou por diversas mudanças afim de melhorar a qualidade do programa, uma dessas mudanças foi a oportunidade de os estudantes participarem do encontro microrregional, regional e estadual dos vereadores mirins promovidos pela Escola do Legislativo da Alesc. Os encontros proporcionam diversos aprendizados aos jovens vereadores e vão de encontro com os objetivos do programa regulado pela resolução nº 05/2022 e Lei nº 1539 de 2022. Além disso, conforme a regulamentação do Programa, todos os gastos com transporte e alimentação serão custeados pela Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis.

II- DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

O objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto a lei de licitações ressalva algumas hipóteses que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis a licitação nos trâmites usuais. Para tanto, a Lei Federal nº 14.133, de 2021 exige processo de contratação específico, nos termos do art. 72:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base no inciso II do art. 75



da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

III – DA ESTIMATIVA DA DESPESA

A pesquisa de preços foi realizada atendendo aos fundamentos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme documento de pesquisa de preços em anexo.

O valor estimado apresentado na pesquisa de preços foi de R\$ 9.030,00 (nove mil e trinta reais), sendo de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta) por quilometro rodado, sendo compatível com os valores praticados pelo mercado.

IV – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA:

Nos procedimentos de contratação direta, são exigidos os documentos básicos para a contratação, estando descritos no Termo de Referência, sendo obrigatórios:

1. Habilitação Jurídica;
2. Qualificação Econômica;
3. Regularidade Fiscal e trabalhista;
4. Qualificação técnica.

A contratada apresentou a documentação solicitada e demonstrou estar habilitada quanto a regularidade jurídica, fiscal e técnica, elementos imprescindíveis para a contratação, seguindo os trâmites da Resolução Legislativa nº e a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

V – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Em análise aos presentes autos, observamos que os preços apresentados pela empresa, estão compatíveis com os praticados no mercado, obedecendo fielmente o constante no Documento de Formalização de Demanda, embasando o Aviso de Dispensa Eletrônica.

O fornecimento do transporte pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha influenciar na escolha, ficando está vinculada a verificação da habilitação e de critérios do menor preço. Outra opção para escolha de fornecedor local foi para fomentar o desenvolvimento econômico local, com os prestadores locais, bem como realizar a contratação por meio de uma Empresa de Pequeno Porte.

A empresa escolhida neste processo para execução dos serviços de (descrever serviços) foi TUNÁPOLIS TUR LTDA, CNPJ: 05.303.910/0001-67.

VI - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
CÂMARA DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS



Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Câmara Municipal de Vereadores adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de licitações e contratos administrativos.

VII – DA CONCLUSÃO PELA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que a empresa escolhida neste processo atende a necessidade da contratação, possuindo os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, bem como tratar-se de valor estimado compatível com o praticado pelo mercado, conclui-se pela contratação de acordo com os dados abaixo:

- Objeto: Locação de veículo van modelo executiva com motorista, com capacidade mínima de 14 passageiros mais o motorista, para a realização de viagens do Programa Jovem Vereador, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis.
- Dados do contratado: TUNÁPOLIS TUR LTDA, CNPJ: 05.303.910/0001-67.
- Valor da contratação: R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) o quilometro rodado perfazendo um total estimado de R\$ 9.030,00 (nove mil e trinta reais).

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, 26 de fevereiro de 2025.

MONALISA SCHORR
Diretora do Setor de Licitações